

A RELIGIOSA DE DIDEROT: ENTRE INOCÊNCIA E ÍMPETO DE LIBERDADE

RENATO COSTA LEANDRO¹

Resumo: Dentre as obras escritas por Denis Diderot, *A Religiosa* é um de seus romances mais inventivos e polêmicos. Nele, o filósofo tece suas críticas à religião ao apresentar as práticas perversas e desumanas sofridas pela protagonista Suzanne Simonin, jovem obrigada a seguir o voto de clausura, mas que, contrariamente, deseja se libertar da opressora vida monacal e da moral que pesa sobre as mulheres de sua época. No decorrer da narrativa, Suzanne transparece uma certa inocência, traço distintivo de seu caráter, e seu ímpeto de liberdade ganha corpo, passando a ser entendido por ela mesma como um projeto emancipatório. Partindo desta relação, o artigo busca compreender a noção de inocência elaborada por Diderot no interior do romance, ao verificar outros de seus escritos que também versam sobre as noções de inocência e sociabilidade.

Palavras-chave: A Religiosa; Diderot; Inocência; Liberdade; Sociabilidade.

1. INTRODUÇÃO

No começo de 1759, o marquês de Croismare, respeitável figura do círculo filosófico e literário parisiense, deixa a movimentada vida na capital francesa em direção a suas terras na Normandia, de modo a pôr em ordem seus negócios. A estadia que aparentemente deveria ser curta acabou se prolongando tempo suficiente para que seus amigos enciclopedistas, os quais muito o estimavam, planejassem um modo de trazê-lo de volta a Paris (GRIMM, 2009, p. 223). Inspirando-se em um fato real ocorrido no ano anterior², eis que o gênio de Diderot concebe, em 1760, as memórias de Suzanne Simonin e as endereça ao estimado marquês, na esperança de que este homem sensível (DIDEROT, 2009, p. 47) retornasse e tomasse partido no caso da pobre religiosa, a qual, através da verve poética de seu criador³, foi obrigada a viver enclausurada em três conventos. Ainda que com a melhor das intenções, *A Religiosa* [La Religieuse]

1 Mestrando em Estética e Filosofia da Arte no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) | e-mail: renatocleandro@outlook.com

2 Franklin de Mattos esclarece a gênese da criação de Diderot: “Em 1758, Paris acompanhou com curiosidade o caso de uma religiosa de Longchamp, que recorre à justiça para anular seus votos, com a alegação de que os tinha professado por coação da família. [...]. Valendo-se do ocorrido, os amigos de Croismare deram à freira um nome fictício – Suzanne Simonin –, imaginando que fugira do convento e se instalara em Paris, de onde, por carta, no começo de fevereiro de 1760, implorara socorro a seu protetor [Croismare]” (MATTONS, 2018, p. 98).

3 Um dos amigos de Diderot encontrou-o chorando enquanto escrevia as memórias de Suzanne; quando perguntado sobre o motivo do choro, o filósofo respondeu: “desolo-me com uma história que estou me contando”

nasce, portanto, de uma perfídia, uma mistificação⁴, fato este que, em verdade, apenas rende mais mérito à obra; é o que Grimm nos elucida no Prefácio-anexo. Tal mistificação, é válido explicitar, extrapola a esfera da sagaz brincadeira entre os enciclopedistas; segundo Raquel de Almeida Prado, Diderot também “desconcerta e mistifica o leitor [...] através de afirmações contraditórias e de um jogo permanente entre ficção e realidade” (PRADO, 2003, p. 129), jogo este que, ainda segundo a estudiosa, é mediado pela ironia do início ao fim da narrativa (PRADO, 2003, p. 137).

Para além da genialidade criativa de Diderot e sua obra, *A Religiosa* é um dos escritos mais polêmicos do filósofo – não à toa foi publicado postumamente em 1796⁵ –, na medida em que apresenta, por meio de uma narrativa ficcional, as violências e perversões sofridas pela protagonista no interior das instituições cristãs, valendo-se sobretudo do claustro como ambiente representativo máximo de tais práticas desumanas. Ainda que em *A Religiosa* “o alvo de Diderot, segundo suas próprias declarações, é a instituição do claustro” (MATTOS, 2018, p. 117), tal crítica se apresenta a partir da interioridade de Suzanne, de modo que suas memórias não apenas apresentam as aflições sofridas pela jovem, como também expõem marcas de seu caráter, o qual, incorruptivelmente, movimenta-se em direção a sua única e irrestrita busca: a de ser livre. O ímpeto de liberdade de Suzanne passa a ser entendido por ela como um projeto emancipatório, como uma espécie de tentativa de revolução⁶ (DIDEROT, 2009, p. 88), haja vista que família, clero e Estado, quase em uníssono, impossibilitam-na de agir nessa direção. No confronto com a ordem social vigente, permeado por obstáculos perversos e desumanos, somos apresentados àquilo que melhor define o caráter de Suzanne: uma certa inocência. Partindo

(GRIMM, 2009, p. 225). Raquel de Almeida Prado nos lembra que a irmã mais nova de Diderot, também freira, morreu louca num convento de Ursulinas (PRADO, 2003, p. 143), o que pode justificar a emoção do filósofo.

- 4 São diversos os comentadores que se debruçam sobre a mistificação por trás da composição do romance; citaremos alguns. Anne Coudreuse identifica que tal “mistificação atua sobre o mistificado como sobre o mistificador, porque ela supõe a duplicação do autor, presente na ficção (em seu ator, Suzanne Simonin), e na realidade à qual ele o representa: em seu espectador (*Croismare*) com quem se identifica para se contemplar”, isso porque tal projeto de Diderot é “autotélico, por evidentes razões biográficas, mas sobretudo porque Diderot [...] realiza uma reflexão atenta sobre a escrita e seus poderes” (COUDREUSE, 1999, p. 55, tradução nossa). Roberto Romano acentua a “automistificação” pela qual passa Diderot durante a composição ficcional (ROMANO, 2009, p. 17). Franklin de Mattos analisa detidamente a questão em *A cadeia secreta* (MATTOS, 2018, p. 97-111).
- 5 Diderot sofrera fortes reprimendas da opinião e do poder público por conta de seus escritos que desafiavam a moral da época, tendo direitos de impressão caçados e sendo, inclusive, preso. Por esses motivos, inicialmente apenas um público seletivo teve acesso ao romance de Suzanne, por meio da Correspondance Littéraire de Grimm. Sobre o assunto, cf. MATTOS, 2018, p. 41-42.
- 6 Segundo Coudreuse, o termo “revolução”, cuja presença se dá algumas vezes ao longo do romance, inclusive no final da história, é “emprestado do registro político” (COUDREUSE, 2012, p. 14), fato este que acentua ainda mais o teor crítico da obra

desta relação, a qual figura como um dos temas centrais da obra, buscaremos compreender o sentido de significação da noção de inocência elaborada por Diderot no interior do romance, ao analisarmos sua estrutura narrativa e verificarmos outros escritos do filósofo que também versam sobre as noções de inocência e sociabilidade.

2. A JORNADA DE SUZANNE: FAMÍLIA, CLAUSTRO, SOBREVIVÊNCIA E PROJETO EMANCIPATÓRIO

Suzanne Simonin é uma jovem burguesa forçada por seus pais a realizar os votos religiosos. O motivo que a leva a ser enclausurada em seu primeiro convento é, desde o início, imposto externamente: o pretendente e futuro marido de sua irmã mais velha direcionava gracejos à jovem Suzanne, a qual prontamente advertiu sua mãe sobre o despudor do rapaz (DIDEROT, 2009, p. 49). Senhora Simonin, visando garantir o casamento da filha mais velha, afasta Suzanne do ambiente familiar encaminhando-a ao convento de Sainte-Marie. Em meio a este drama familiar, dois episódios contíguos marcam a passagem da jovem religiosa em seu primeiro convento: a visão da loucura como efeito da vida claustral e a primeira recusa dos votos. Certo dia, uma das freiras enclausuradas escapuliu de sua cela e, num acesso de loucura, “descabelada e quase sem roupa” (DIDEROT, 2009, p. 54), protagonizou uma cena de suicídio, a qual horrorizou a recém-chegada. Segundo Fabiana Tamizari, “Diderot acredita que, ao isolarmos o homem do convívio com os seus pares, o privamos da sua condição natural, o que certamente, desequilibrará sua estrutura psicofisiológica” (TAMIZARI, 2019, p. 11). De fato, é o que encontramos em *Sobre as mulheres*, escrito de 1772 onde Diderot, ao discorrer sobre a constituição psicofisiológica da mulher – “ser extremo na sua força e na sua fraqueza” (DIDEROT, 2000, p. 220) –, diz: “para tornar-se louca, faltaria à mulher apaixonada apenas a inteira solidão que procura” (DIDEROT, 2000, p. 220); para ele, é o útero, “órgão suscetível de espasmos terríveis [...], que suscita em sua imaginação fantasmas de toda espécie [...], que partem todas as suas ideias extraordinárias” (DIDEROT, 2000, p. 223). Ser testemunha de tal desequilíbrio foi o bastante para que Suzanne prontamente emitisse seu juízo: “[...] vi minha sorte na desta desafortunada, e no mesmo instante ficou decidido em meu coração que eu preferiria morrer mil vezes a me expor a isto” (DIDEROT, 2009, p. 54). Seguindo sua voz interior, a despeito dos jogos e tentativas de manipulação por parte da madre superiora, Suzanne desafia a ordem religiosa e familiar ao recusar, em cerimônia pública, a tomada de hábito, dizendo desejar ser “tudo, exceto religiosa”: “não quero sê-lo, eu não o serei” (DIDEROT, 2009, p. 56). Desse modo, Suzanne volta à casa dos pais – um outro claustro –, onde será encerrada em seu quarto por longos seis meses (DIDEROT, 2009, p. 62).

Ao ser avisada que logo partirá para outro convento, Suzanne prontamente recusa a ideia e não hesita em dizer: “dei viva voz ao meu protesto diante dessa estranha proposta, [...] não sentia o menor gosto pelo estado religioso” (DIDEROT, 2009, p. 50); mas, para o desespero da jovem, seu destino estava traçado por motivos obscuros. O fato por trás desta tomada de hábito forçada não é tanto a falta de dinheiro de seus pais para seu dote de casamento, mas sim o segredo de que Suzanne é filha ilegítima, fruto de um caso extraconjugal de sua mãe (DIDEROT, 2009, p. 64), a qual tentará expiar todas as suas faltas e pecados cometidos em vida através da jovem religiosa⁷. De encontro com a morte, as últimas palavras da mãe de Suzanne explicitam seu desejo:

Seu nascimento foi a única falta importante que cometi; ajude-me a expiá-la, e que Deus me perdoe por tê-la posto no mundo, em consideração às boas obras que você praticar [...] e, embora a escolha do estado que você abraçou não tenha sido tão voluntária quanto eu teria desejado, tema modifícá-lo (DIDEROT, 2009, p. 81).

Ajudar a expiar a falta da mãe será, a despeito de toda tentativa contrária, sofrer os tormentos e as mazelas do claustro. Nesse sentido, a condição existencial de Suzanne é marcada desde o início da narrativa por conjunturas e exigências alheias a sua própria vontade. Mesmo que a jovem reconheça sua alienação⁸ somente ao realizar seu segundo voto religioso em Longchamp, quando o professou “sem reflexão e sem liberdade” (DIDEROT, 2009, p. 105), pode-se dizer que, a partir da confissão da senhora Simonin, a jovem nunca dispôs de si mesma, pois as circunstâncias que a puseram no mundo, de acordo com as tradições sociais vigentes na França do século XVIII, invalidam sua ação autônoma; seu destino é determinado como que tragicamente e qualquer tentativa de modifícá-lo deve ser antecedido, como diz a mãe, por um temor. Ainda que tal imposição não seja considerada uma exceção, e sim uma prática comum na sociedade francesa da época, Suzanne desafiou seus pais e as autoridades religiosas na ocasião de

7 Em Sobre as mulheres, Diderot assevera: “A mulher corrompida propaga a corrupção. Ela a propaga pelo mau exemplo; por seus conselhos insidiosos; às vezes pelo ridículo” (DIDEROT, 2000, p. 229). Nesse sentido, podemos relacionar a atitude da mãe de Suzanne – a de expiar sua culpa na jovem filha– a tal tipo feminino descrito por Diderot, uma vez que a mãe engendra em si esta expressão duplicada: a de corrompida, ao gerar uma filha bastarda, e a de corruptora, ao sobrepujar o desejo de liberdade da filha. O filósofo também afirma algo que se assemelha ao ocorrido no romance: “Sob o império desses costumes, o amor conjugal é desdenhado; e este desdém enfraquece o sentimento de ternura maternal, se não o extingue. [...]. A mulher que permite aproximação de um outro que não o seu marido não mais ama a sua família, e não é mais respeitada por ela. [...]. Os nascimentos são incertos, e os filhos não mais reconhecem o pai, nem o pai o filho” (DIDEROT, 2000, p. 230).

8 Cf. DIDEROT, 2009, p. 80. Raquel de Almeida Prado faz uma interessante leitura sobre este momento da incorporação brutal de Suzanne à sociedade do claustro: “aqui, a representação simbólica do contrato social apresenta-o como ilegítimo, não livremente consentido, como bem o lembra a jovem religiosa, que, repetidas vezes, insiste no estado de alienação em que se encontrava durante a cerimônia dos votos” (PRADO, 2003, p. 150).

seu primeiro voto em Sainte-Marie; a “firmeza pouco comum” (DIDEROT, 2009, p. 66) que insurge na protagonista⁹ terá consequências no mínimo dolorosas, pois, em Longchamp, as práticas repressoras se tornam cada vez mais cruéis e frequentes à jovem que resiste em aceitar o claustro, o que a faz conhecer, como ela mesma diz, “o peso de um estado ao qual não fui de modo algum chamada” (DIDEROT, 2009, p. 65). Entretanto, a cada ato de torpeza sofrido durante a vida monacal, o caráter de Suzanne nos é cada vez mais revelado e, junto dele, seu projeto emancipatório.

É no pronunciamento de seu segundo voto religioso em Longchamp que encontramos uma afirmação de efeito quanto ao caráter da jovem religiosa: “Interrogaram-me, sem dúvida, e eu, sem dúvida, respondi, pronunciei os votos, mas não guardo a menor lembrança deles, e me vi tão inocentemente convertida em religiosa quanto me haviam tornado cristã [...]” (DIDEROT, 2009, p. 79). A inocência de Suzanne carrega em si, a princípio, um sentido duplo dos mais notáveis: ainda que tal inocência possa ser compreendida como um traço de fragilidade, de submissão às necessidades – como na ocasião de seu segundo voto (DIDEROT, 2009, p. 78) –, é essa mesma inocência que impulsiona sua busca por liberdade. A morte de Madre Moni, sua primeira superiora em Longchamp, fortalece seu projeto emancipatório, na medida em que a jovem passa a questionar as restrições e práticas de mortificação outrora extintas por Moni, mas que agora são novamente instituídas pela madre substituta, Sainte-Christine. Nesse momento, a inocência de Suzanne torna-se traço de sua capacidade de resistir às atrocidades do claustro, ao passo que também incita, por desobediência, a intensificação delas – ou como diz a protagonista, um “refinamento de残酷de” (DIDEROT, 2009, p. 118).

A resistência de Suzanne é evidenciada, com efeito, na seguinte confissão: “não omito nada do que podia levar a me temer, a me odiar, a me perder, e vou até o fim” (DIDEROT, 2009, p. 85). Por tentar obstinadamente obter a resilião de seus votos, Suzanne é deslocada de praticamente toda a comunidade religiosa, sendo cada vez mais atormentada e espionada, como ela revela: “Desde que se efetuara uma revolução em minha cabeça, observavam-me com mais atenção do que nunca, seguiam-me com os olhos [...]” (DIDEROT, 2009, p. 88). Nesse sentido, podemos dizer que a virtude da protagonista não reside, como preconiza a vida monacal, na

9 Em Sobre as mulheres, Diderot assevera que “a mulher se resolve muito mais dificilmente do que o homem: mas quando toma o seu partido, ela é muito mais determinada” (DIDEROT, 2000.p. 229), de modo que, “onde há muitas vezes um muro de bronze para nós [homens], há muitas vezes apenas uma teia de aranha para elas” (DIDEROT, 2000, p. 228). Entretanto, neste mesmo texto, Diderot também admite a fragilidade das mulheres, a qual se dá por sua constituição psicofisiológica e pela história, haja vista que “a残酷de das leis reuniu-se, contra as mulheres, à残酷de da natureza (DIDEROT, 2000, p. 225).

prática de penitências¹⁰, tampouco no sacrifício de ser enclausurada para expiar o pecado da mãe, mas sim em seu ímpeto de liberdade, uma vez que, para a jovem, “é ela [a virtude] que me encoraja e me sustenta em meu projeto” (DIDEROT, 2009, p. 99). A virtude de Suzanne é uma manifestação ligada a sobrevivência, cuja validade se dá apenas quando efetivada na concretude da experiência – caso contrário, Suzanne já estaria satisfeita apenas com a sua revolução interna. Sua intenção é simples: “Peço para ser livre, porque o sacrifício de minha liberdade não é voluntário” (DIDEROT, 2009, p. 99) – diferentemente do sacrifício religioso, este sim voluntário¹¹. Ela deixa claro também que “não se trata aqui de uma ação ditada pelo interesse, nem pela paixão” (DIDEROT, 2009, p. 100), uma vez que sua busca nada mais é do que o simples e natural desejo de dispor de si mesma. Ao suplantar a ideia de que o indivíduo possa se realizar apenas por si mesmo, enclausurado, a virtude de Suzanne aponta para uma necessidade de socialização¹², de modo que o claustro é claramente um ambiente contrário à disposição de socialização natural do homem, como Suzanne posteriormente dirá em uma das exclamações mais notáveis do romance:

O homem nasceu para a sociedade. Separai-o, isolai-o, suas ideias se desunirão, seu caráter se transtornará, mil afeições ridículas se elevarão em seu coração, pensamentos extravagantes germinarão em seu espírito como as sarças em uma terra selvagem. Colocai um homem em uma floresta, ele se tornará feroz; em um claustro em que a ideia da necessidade se junta à da servidão, é pior ainda; de uma floresta, a gente sai; de um claustro, não se sai mais; na floresta, é-se livre, é-se escravo no claustro (DIDEROT, 2009, p. 165-166).

A crítica de Diderot à prática antinatural de clausura, a qual constrange a inocência e a luta de Suzanne, será reforçada mais a frente por dom Morel, o diretor religioso: “é uma espécie de loucura” (DIDEROT, 2009, p. 208). Nesse mesmo sentido, o advogado da jovem religiosa, senhor Manouri, tecerá sua crítica ao claustro, num discurso cujo teor será eminentemente político:

10 Fabiana Tamizari observa que “Diderot não acreditava haver uma conexão necessária entre virtude e prática religiosa; acreditava que os homens poderiam ter outros motivos para agir de forma virtuosa e comprometida, como a inclinação natural para a prática do bem, educação ou experiência” (TAMIZARI, 2019, p. 4).

11 A voluntariedade presente no sacrifício religioso será confirmada por dom Morel, o diretor religioso (DIDEROT, 2009, p. 205). Nesse sentido, o sacrifício por liberdade de Suzanne não deveria ser um sacrifício, na medida em que a liberdade, como veremos na sequência, é uma característica inalienável do homem; por isso, não é voluntário, e sim imperativo da vida.

12 Em um dos diálogos com o advogado Manouri, Suzanne dirá: “[...] odeio a vida solitária, sinto que a odeio, sinto que a odiarei sempre. Não saberia sujeitar-me a todas as misérias que enchem o dia de uma reclusa, é um tecido de puerilidades que desprezo. [...]. A falta de vocação transpassa todas as minhas ações, é visível; insulto a todo instante a vida monástica” (DIDEROT, 2009, p. 137-138).

Deus, que criou o homem sociável, aprova que ele se encerre? Deus, que o criou tão inconstante, tão frágil, pode autorizar a temeridade de seus votos? [...]. Todas essas cerimônias lúgubres que são observadas na tomada do hábito e na profissão, quando se consagra um homem ou uma mulher à vida monástica e à desventura, suspendem as funções animais? Ao contrário, não despertam elas no silêncio, no constrangimento e na ociosidade, com uma violência desconhecida pelas pessoas do mundo, que uma multidão de distrações arrebata? [...]. Onde é que vemos esse tédio profundo, essa palidez, essa magreza, todos esses sintomas da natureza que enlanguesce e se consome? [...]. Fazer voto de obediência, isto é renunciar à prerrogativa inalienável do homem, a liberdade. Se se observam esses votos, é-se criminoso; se não se observam, é-se perjuro. A vida claustral é de um fanático ou de um hipócrita (DIDEROT, 2009, p. 131-132).

O discurso inflamado do senhor Manouri, em suma, conclui que os votos religiosos “ferem o pendor geral da natureza” (DIDEROT, 2009, p. 131), ou seja, a disposição à sociabilidade. A fala do advogado também faz referência às funções animais – aos desejos sexuais –, cuja existência, como aponta, não é eliminada pela clausura. Tais desejos se relacionam com outra característica da vida claustral, também citada por Manouri, que será mais elaborada no convento de Saint-Eutrope, em Arpajon, o último pelo qual Suzanne passa, e que reforça a suposta inocência de seu caráter: o tédio.

Em Saint-Eutrope, Suzanne vivencia aquilo que Fabiana Tamizari define como a “represão da sexualidade nos claustros” (TAMIZARI, 2019, p. 14). Agora, a jovem religiosa não mais enfrentará as investidas violentas contra sua integridade física, baseadas em castigos e penitências, mas será constrangida ainda corporalmente por meio de práticas sexuais invasivas, as quais serão protagonizadas pela própria madre superiora. Suzanne parece não compreender o sentido das investidas de sua superiora¹³; em uma dessas ocasiões, a jovem diz que, ao ser tocada, o prazer da madre “aumentava, e como eu não pedisse coisa melhor do que acrescer sua felicidade de uma maneira tão inocente, eu lhe beijava a testa, as faces, os olhos e a boca” (DIDEROT, 2009, p. 167). Eis aqui o ponto máximo da narrativa em que a inocência de Suzanne nos é apresentada e que também é colocada à prova. A lasciva superiora, cujos desejos presentes em sua constituição material foram contrariados pela vocação forçada, acaba dando vazão a eles, direcionando-os à jovem religiosa, a qual é caracterizada diversas vezes pelo epíteto “inocente”¹⁴. O tédio, outrora apresentado por Manouri como um dos sintomas do claustro, é uma

13 Franklin de Mattos caracteriza a passagem de um convento a outro pontuando que “o episódio de Saint-Eutrope é a princípio uma espécie de antítese de Longchamp. Se este convento era sinistro e gelado, Saint-Eutrope é amável e sensual, marcado por jogos, risos, música, bordado, guloseimas, licores e carícias furtivas” (MATTOS, 2018, p. 116).

14 “Inocente, não é nada [...]”; “A inocente! Ah, querida inocente! Quanto me agrada!” (DIDEROT, 2009, p. 168); “Como ela é inocente!” (DIDEROT, 2009, p. 176); dentre outras.

das disposições internas que leva a superiora de Arpajon às práticas sexuais¹⁵, como sugere Suzanne em conversa com a madre após confessar-se ao padre Lemoine (DIDEROT, 2009, p. 197-198). Junto ao tédio, o desejo e a imaginação, elaborados como uma espécie de devaneio ou sonho, compõem o quadro das disposições realçadas na superiora, as quais passam a ser experimentadas, ainda que de maneira confusa, por Suzanne no novo convento. Em Arpajon, a linguagem dos conventos dá lugar à linguagem dos sentidos, cujo conhecimento escapa a jovem religiosa (DIDEROT, 2009, p. 175). Segundo a superiora, a linguagem dos sentidos serve para dissipar o tédio, mas Suzanne acredita que talvez ela possa aumentá-lo (DIDEROT, 2009, p. 175). Não satisfeita, a jovem completa: “o que significa esta linguagem dos sentidos sem objeto?” (DIDEROT, 2009, p. 175); a superiora responde: “quando se fala, é sempre a alguém, o que é melhor, sem dúvida, do que conversar a sós, embora isto não seja inteiramente despido de algum prazer” (DIDEROT, 2009, p. 175), aludindo assim à prática da masturbação¹⁶. A isso, a jovem religiosa não poderia responder algo diferente senão: “não sei de nada, e prefiro nada saber, a adquirir conhecimentos que me tornariam talvez mais digna de lástima do que sou. Não tenho desejos, e não quero em absoluto buscar os que eu não poderia satisfazer” (DIDEROT, 2009, p. 176). Aqui encontramos uma notável demonstração da suposta inocência de Suzanne, pois, além de manifestá-la, ela a reforça: “[...] eu o sou bastante [inocente], e antes quisera morrer do que deixar de sê-lo” (DIDEROT, 2009, p. 176).

A questão sexual pintada por Diderot no convento de Saint-Eutrope, em especial a recusa de Suzanne a respeito disso, não é de modo algum, como demonstramos em nota, uma reprimenda do enciclopedista às disposições sexuais, mas é uma estratégia elaborada na intenção de reforçar o caráter inocente da protagonista, já que ele figura tanto como motor de seu projeto emancipatório quanto como capacidade de sobrevivência ante as ações desonestas praticadas pelas instituições religiosas e sociais. É exatamente este o motivo de sobrevivência observado pelo padre Lemoine no momento em que Suzanne confessa os abusos sofridos pela desequilibrada madre superiora (DIDEROT, 2009, p. 193); Dom Morel, mais a frente, dirá praticamente

15 A relação entre tédio e desejo sexual também está presente em *Sobre as mulheres* (DIDEROT, 2000, p. 228) e no Suplemento, quando Oru, explicando ao capelão sobre o uso dos véus que simbolizam a censura sexual das mulheres taitianas, diz que “[...] no momento em que a jovem murcha, se entedia, sendo de maturidade apta a conceber desejos, [...], a mãe levanta o véu da filha” (DIDEROT, 2005, p. 193), ato que marca o consentimento da prática sexual, a qual, de acordo com a moral deste povo, visa unicamente a reprodução.

16 Nesse sentido, a madre perguntará à Suzanne: “Nunca pensou em passear suas mãos sobre este colo, estas coxas, este ventre, estas carnes tão rijas, tão suaves e tão brancas?”; a jovem, obviamente, responderá: “[...] não, há pecado nisto [...]” (DIDEROT, 2009, p. 177). Diderot não recrimina a prática da masturbação, e ele o diz, com as devidas explicações, através de Bordeu, personagem da Continuação do diálogo (DIDEROT, 2005, p. 161). natureza

a mesma coisa: “Foi sua inocência que se impôs à sua superiora; mais instruída, ela a teria respeitado menos” (DIDEROT, 2009, p. 207).

O projeto de Suzanne na busca por liberdade a partir da resilião de seus votos não faz dela uma jovem desprovida de fé, muito pelo contrário, é em sua inocência, a qual possibilita questionar de dentro da instituição as práticas religiosas, que se funda uma espécie de religião natural¹⁷. É nesse sentido que Suzanne confessa à irmã Ursule sua integridade, outrora confirmada por Madre Moni: “[...] minha alma se ilumina facilmente, se exalta, se comove, e aquela boa superiora me dissera cem vezes, abraçando-me, que ninguém teria amado a Deus como eu; que eu possuía um coração de carne e as outras, de pedra” (DIDEROT, 2009, p. 100). A fé de Suzanne caminha por veredas mais puras do que as dos torpes corredores dos conventos¹⁸, cercados de hipocrisia e fanatismo, e, ainda que suas companheiras não a levem a sério, a jovem não deixará de confessar a pureza de sua interioridade: “[...] não faço um juramento facilmente: tomo Deus por testemunha que meu coração é inocente” (DIDEROT, 2009, p. 105).

Inocente ou não, sabemos que o projeto emancipatório empreendido por Suzanne não é alcançado, uma vez que seus votos não são anulados pelas autoridades clericais. Ao final de suas memórias, Suzanne percebe que seu projeto emancipatório nada mais é do que mera ilusão, a qual não se prolongará por muito tempo (DIDEROT, 2009, p. 209). Para a heroína de Diderot não há liberdade, nem mesmo uma ilusão prolongada da mesma; resta-lhe apenas a conturbada fuga do claustro e, por fim, a morte, de modo que a conclusão da narrativa – ainda que ajustada para resolver as confusões causadas pelos enciclopedistas – confirma aquilo que a mãe da protagonista já antecipou em seu início: “Minha filha, você não tem nada e não terá jamais” (DIDEROT, 2009, p. 68). Em *Sobre as mulheres*, Diderot sugere algo parecido: “O que é então uma

17 Em 1770, Diderot publica um texto intitulado Da suficiência da religião natural. Neste escrito, como observa Paulo Piva, o filósofo assume o deísmo como religião natural, o qual é apresentado como “um modo pretensamente mais sensato e racional do que faria o cristianismo ou o catolicismo tradicional” (PIVA, 2008, p. 82).

18 Ainda que Suzanne não concorde com as práticas cruéis do claustro, sua interioridade confere alto valor à religião cristã, principalmente pelo conforto que esta lhe proporciona, visto seu interminável sofrimento, de modo a, inclusive, reconhecer-se em Jesus (DIDEROT, 2009, p. 121). Em certo momento, Suzanne dirá: “Eu sou cristã, eu sou inocente [...]” (DIDEROT, 2009, p. 124). Florence Lotterie aponta que “a habilidade de Diderot consiste em não fazer de sua heroína uma mera personagem a favor do anticlericalismo, ou mesmo da irreligião própria de uma certa militância filosófica, mas sim à encarnação de um cristianismo virtuoso” (LOTTERIE, 2009, p. 62, tradução nossa). Nesse sentido, Suzanne não é a única personagem do romance que manifesta uma fé “genuína”; Madre Moni e irmã Ursule também o fazem. Sobre tais personagens, Fabiana Tamizari argumenta que essa foi uma abertura de Diderot para aqueles que escolhessem livremente viver nos conventos (TAMIZARI, 2019, p. 12), ao passo que Raquel de Almeida Prado entende a presença de Madre Moni como uma concessão de Diderot a um “sentimento estético, ainda sensível a manifestações de fervor místico” (PRADO, 2003, p. 147). Em *Sobre as mulheres*, Diderot afirma que “só uma cabeça de mulher pode exaltar-se a ponto de pressentir seriamente a aproximação de um deus [...]” (DIDEROT, 2000, p. 220) e caracteriza as sensações místicas das enclausuradas como “histerismo experimental” (DIDEROT, 2000, p. 223).

mulher? [...] ninguém na sociedade, a devoção constitui seu único e derradeiro curso" (DIDEROT, 2000, p. 225). Deste modo, "o que Diderot mostra em A Religiosa é uma face da clausura feminina que se expressa de forma mais ampla na vida social" (TAMIZARI, 2019, p. 22).

A despeito do desenlace trágico da história de Suzanne, seu caráter inocente parece ter um sentido peculiar no romance, haja vista sua oscilação entre submissão e ímpeto de liberdade, a qual persiste, como buscamos demonstrar, até o fim da narrativa. A suspeita se intensifica, principalmente, quando analisamos aquilo que Diderot elaborou em outros de seus escritos que versam sobre as noções de inocência, sociabilidade, virtude e religião.

3. A INOCÊNCIA DESMISTIFICADA

No *Suplemento à viagem de Bougainville*, escrito em 1772, o filósofo elabora dialogicamente uma caracterização sobre o tema da inocência e do caráter natural dos indivíduos que pode desanuviar o impasse que encontramos no romance de 1760. Ao desembarcar na ilha do Taiti, o capelão, integrante da tripulação do navegador francês Bougainville, é acolhido na cabana do nativo Oru. Este oferece-lhe cama, comida e mulheres – sua esposa e filhas –, as quais o capelão prontamente recusa, uma vez que “sua religião, sua condição, os bons costumes e a honestidade não lhe permitem aceitar tais ofertas” (DIDEROT, 2005, p. 185). De pronto, Oru assevera: “Não sei o que é a coisa que chamas religião, mas só posso pensar mal dela, visto que te impede de apreciar um prazer inocente, ao qual a natureza, a soberana senhora, nos convida a todos; de dar existência a um de teus semelhantes [...]” (DIDEROT, 2005, p. 185). Inicia-se aqui uma longa conversação entre os dois personagens, na qual Diderot busca desestabilizar o discurso da sociedade civilizada, pautado principalmente nos aspectos da conduta ético-religiosa (DIDEROT, 2005, p. 187), ao confrontá-lo com a lógica de vida, digamos, natural dos indígenas do Taiti. Oru, o porta voz da sociedade harmônica taitiana, comprehende os preceitos da sociedade dita civilizada como “contrários à lei geral dos seres” e “opostos à natureza e contrários à razão” (DIDEROT, 2005, p. 188); para ele, o indivíduo é um ser “que tem liberdade, vontade, desejo” (DIDEROT, 2005, p. 188), e o sexo é um “prazer inocente” – ainda que não signifique liberdade feminina, pois é compreendido unicamente como um ato de reprodução, visando a prosperidade da sociedade. Desse modo, Oru acredita que a civilização pautada em leis éticas de fundo religioso tornou “a condição do homem pior que a do animal” (DIDEROT, 2005, p.188). Sua concepção geral sobre o tema é apresentada na seguinte fala:

Queres saber, em todos os tempos e em todos os lugares, o que é bom e mau? Apega-te à natureza das coisas e das ações; a tuas relações com teu semelhante; à influência de tua conduta sobre tua utilidade particular e ao bem geral. Estás delirando, se crês que haja algo seja no alto, seja embaixo, no universo, que possa acrescentar ou subtrair às

leis da natureza. Sua vontade eterna é que o bem seja preferido ao mal, e o bem geral ao bem particular. Ordenarás o contrário; mas não serás obedecido. Multiplicarás os malfitores e os infelizes pelo temor, pelos castigos e pelos remorsos; depravarás as consciências; corromperás os espíritos; eles não saberão mais o que devem fazer ou evitar. Perturbados no estado de inocência, tranquilos na perversidade, terão perdido a estrela polar no seu caminho (DIDEROT, 2005, p. 189).

A crítica de Diderot, pela boca de Oru, aos costumes e convenções da sociedade civilizada nos possibilita uma interpretação mais aguçada da noção de inocência que outrora encontramos no romance de Suzanne Simonin. Segundo Oru, as leis e convenções sociais pautadas principalmente na ética cristã colocam os indivíduos em um perturbador “estado de inocência” calculado na repressão das disposições naturais dos seres. A concepção de Oru acerca do “bem geral”, a qual justifica a sociabilidade natural dos indivíduos, vai de encontro com aquilo que dom Morel, o advogado Manouri e, acima de tudo, Suzanne disseram anteriormente: “O homem nasceu para a sociedade. Separai-o, isolai-o, suas ideias se desunirão, seu caráter se transtornará [...]” (DIDEROT, 2009, p. 165) – é nesse sentido que Franklin de Mattos nos lembra que “para o autor de *A Religiosa* a sociabilidade é o mais forte pendor da natureza humana” (MATTOS, 2018, p. 118). Suzanne encontra-se envolta em um ethos marcado pelo isolamento, por intermináveis repressões a suas disposições naturais, sobretudo em relação ao seu desejo de ser livre. Portanto, a inocência, principal característica de seu caráter, pode ser considerada, em primeiro momento, como fruto do constrangimento que sofreu, haja vista os costumes da sociedade em que está inserida, de modo que ele é, nesse sentido, um certo desvio do caráter natural defendido por Oru.

Se Diderot, através de Oru, comprehende o “estado de inocência” como algo perturbador, em última instância, negativo tanto para o indivíduo quanto para o corpo social, por qual motivo a inocência da jovem religiosa criada por Diderot parece ser, na economia do romance, algo digno de patético louvor e simpatia? Segundo Anne Coudreuse, é unicamente através da inocência e piedade da heroína que Diderot, de maneira irônica, é capaz de tecer sua crítica às instituições religiosas e ao clauso:

Para Diderot, o cristianismo é uma ideologia, uma máquina de discurso na qual se faz necessário entrar para a subverter. Um discurso, ao mesmo tempo, idêntico e diferente. Esta é a função da ironia. É uma crítica interna: no espaço (é somente no interior do convento que se pode denunciar a vida conventual), na instituição (somente uma freira pode desnudar a monstruosidade das outras freiras), e na linguagem (é por meio da linguagem da piedade que a ideologia cristã é denunciada). A piedade de Suzanne não é, portanto, apenas uma estratégia retórica para não desagradar o marquês de Croismare e ganhar sua simpatia, mas é o único discurso no qual uma crítica eficaz ao cristianismo é possível (COUDREUSE, 2012, p. 11, tradução nossa).

Atentos a este caráter irônico do romance, uma das passagens que levanta maior suspeita quanto à inocência da religiosa está presente no post-scriptum, ao final de suas memórias, quando a jovem diz ao marquês: “Sou uma mulher, talvez um pouco coquete, que sei eu? Mas é natural e sem artifício” (DIDEROT, 2009, p. 221). Em Sobre as mulheres, Diderot fala sobre uma certa “falsa inocente”, isto é, um tipo feminino corrompido pela sociedade galante e pela libertinagem. Segundo o filósofo, tal mulher corrompida estreia pelo “coquetismo”, continua pela “galantaria” e termina por “contar tantos amantes quanto conhecidos” (DIDEROT, 2000, p. 230). Ainda que Suzanne não se entregue à libertinagem – mas experimente, furtivamente, um prazer polêmico em Arpajon –, ainda que seu criador tente, sempre que possível, justificar sua inocência, inclusive pelo assentimento de outras personagens, Suzanne talvez estacione no primeiro “estágio” da tal “falsa inocente”: levantar dúvida sobre seu próprio caráter, indicando um possível coquetismo, e depois afirmá-lo contrariamente como “natural e sem artifícios”, coloca em xeque a verossimilhança de sua inocência e do romance como um todo.

Mesmo que Diderot busque imprimir uma tal verossimilhança ao caráter da pobre religiosa, por meio do pathos narrativo estrategicamente elaborado a partir de “técnicas dramáticas” (MATTOS, 2018, p. 120) e “meios eminentemente teatrais” (MATTOS, 2018, p. 122), engana-se o leitor que admite a inocência de Suzanne. Florence Lotterie diagnostica que a motivação narrativa de Diderot “está na proclamação da inocência da heroína, garantia de seu ethos virtuoso no momento em que ela conta sua história. É por isso que a história deve escapar do registro de obscenidades. Diderot logicamente relutará em dar ‘ideias obscenas’ à Suzanne” (LOTTERIE, 2009, p. 41, tradução nossa). Para Lotterie, Diderot deve mascarar a postura erótica da narradora em nome do efeito patético que a obra intenciona (LOTTERIE, 2009, p. 44). Por isso, a inocência autoproclamada por Suzanne e reconhecida por outros personagens é ambígua, irônica e, em última instância, uma construção arbitrária e moralista. Nesse sentido, para que se acredite nos relatos de Suzanne e, principalmente, em sua inocência, é preciso fazer aquilo que Franklin de Mattos, baseando-se na leitura de Georges May, indica: “proibir o leitor de refletir” (MATTOS, 2018, p. 124) – nesse sentido, afirma May, “só o crítico descobre as trapacás precisas do romancista” (MAY apud MATTOS, 2018, p. 127). Raquel de Almeida Prado admite que a leitura distanciada do romance favorece uma interpretação mais aguçada da narrativa e, num movimento duplo, pontua que a atitude de Suzanne no post-scriptum é, ao mesmo tempo, uma prevenção contra a inverossimilhança de seu próprio coquetismo e uma “artificiosa reivindicação de ‘naturalidade’” (PRADO, 2003, p. 138-139).

4. CONCLUSÃO

A suposta inocência de Suzanne Simonin, traço distintivo de seu caráter e fruto da sutileza irônica de seu criador, inevitavelmente causa simpatia e comove aquele que conhece sua história – assim como também comoveu Diderot e seu correspondente –, ao mesmo tempo em que garante uma crítica eficaz às práticas religiosas e sociais de sua época. Ainda que Diderot não pretendesse desenvolver um romance psicológico – onde a principal intenção seria apresentar a subjetividade da personagem –, mas sim uma obra que convida o leitor ao combate das injustiças sociais por meio da ação concreta, foi apenas no irônico desenvolvimento do caráter singular de Suzanne, de sua inocência e seu ímpeto de liberdade, que o filósofo pode compor aquilo que, com mérito, se considera uma “obra de gênio” (DIDEROT, 2009, p. 225).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUDREUSE, Anne. La Religieuse de Diderot : une critique de la claustration conventuelle : *Communication Colloque "Rapport hommes/femmes dans l'Europe Moderne : Figures et paradoxes de l'enfermement"*, Montpellier, 2012.
- _____. Pour un nouveau lecteur: La Religieuse de Diderot et ses destinataires. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, vol. 27, p.43-57, 1999.
- DIDEROT, Denis. Continuação do Diálogo. In: DIDEROT, Denis. *Os pensadores: Diderot*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.
- _____. *Diderot: Obras VII – A Religiosa*. Tradução, organização e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. Sobre as mulheres. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras I – Filosofia e Política*. Tradução, organização e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. Suplemento à viagem de Bougainville. In: DIDEROT, Denis. *Os pensadores: Diderot*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.
- GRIMM, Friedrich Melchior von. Prefácio à obra precedente. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras VII: A Religiosa*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LOTTERIE, Florence. Présentation. In: DIDEROT, Denis. *La Religieuse*. Paris: Flammarion, 2009.
- MATTOS, Franklin de. *A cadeia secreta: Diderot e o romance filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- PIVA, Paulo Jonas de Lima. O acerto de contas de Diderot com o ceticismo. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.31, n.2, p.79-95, 2008.
- PRADO, Raquel de Almeida. *A jornada e a clausura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ROMANO, Roberto. Introdução. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras VII: A Religiosa*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- TAMIZARI, Fabiana. *A Religiosa* e a liberdade feminina no pensamento de Diderot. Texto Aberto IEF, Coimbra, n.6, p.1-23, 2019.CICERO, Marcus Tullius. *Finibus Bonorum et Malorum*.